

LVIII CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA

GRUPO TEMÁTICO IV

QUESTÃO 1 – Valor: 4 (quatro) pontos.

Leia atentamente os fatos narrados abaixo e elabore **petição inicial** de Ação Civil Pública que contemple os seguintes pontos essenciais que serão avaliados: legitimidade ativa e passiva (indique quais e os dispositivos legais respectivos), autoridade competente (indique qual é e o dispositivo legal correspondente), descrição do direito, tutela provisória e pedidos (indique-os, bem como os dispositivos legais que os fundamentam).

Não é necessário narrar novamente os fatos, bastando inserir no corpo da peça o item intitulado “Relatório dos Fatos”, seguido de reticências [...].

RELATÓRIO DOS FATOS

No dia 21 de dezembro de 1979 foi aprovado junto à municipalidade de Porto dos Milagres empreendimento registrado no Cartório de Registro de Imóveis local, sob a matrícula nº 18.010, com área inferior a 1.000.000 m<sup>2</sup>, de propriedade da empresa Imobiliária Bom Imóvel Ltda.

Urge esclarecer que o mencionado município contava, na época da aprovação, com menos de 50 mil habitantes.

O empreendimento é integrado por uma área que foi subdividida em lotes e quadras, dando origem ao atual Bairro Recanto dos Pássaros, conforme se pode verificar das certidões de registro de imóveis em anexo.

Após abertura do inquérito civil, foi requisitada informação ao Poder Executivo local, que, por intermédio da Secretaria de Obras, fez a visita *in loco* e realizou perícia, produzida pelo setor de engenharia, no dia 7 de maio de 2021.

Foi constatado no referido laudo, o qual nesta oportunidade se faz acostar, que o loteador deixou de executar obras, tais como arruamento, calçamento, construção de galerias de coleta de água pluvial, estrutura para os lotes receberem adequadamente os serviços de abastecimento de água, rede de coleta de esgotos e energia elétrica, bem como não obteve termo de verificação.

Quando notificada a prestar esclarecimentos e a dar início às tratativas de acordo, a imobiliária, em que pese ter apresentado justificativas, se negou a compor, alegando que o procedimento administrativo de aprovação do

loteamento se iniciou em 1977, portanto antes da entrada em vigor da Lei Federal nº 6.766/79, e, em razão disto, não lhe alcançariam as obrigações ali instituídas, já que todo o procedimento teria sido realizado sob a égide do ordenamento vigente à época. Além disso, argumentou aplicar-se ao caso o instituto da prescrição vintenária sobre qualquer obrigação de fazer.

(máximo de 60 linhas)

QUESTÃO 2 – Valor: 2 (dois) pontos.

Na tutela de direitos individuais homogêneos, quais as vantagens e desvantagens do modelo do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) em relação à ação coletiva?

Responda fundamentadamente, explicitando e distinguindo os efeitos da coisa julgada; a forma de controle judicial da representação adequada; o direito de opção pela inclusão (*right to opt in*) ou pela autoexclusão (*right to opt out*) do âmbito de repercussão do resultado do processo. (máximo de 30 linhas)

QUESTÃO 3 – Valor: 2 (dois) pontos.

Discorra sobre a cláusula escalonada na mediação, explicando qual o seu escopo, seu conteúdo e as consequências do seu descumprimento. (máximo de 15 linhas)

QUESTÃO 4 – Valor: 2 (dois) pontos.

Discorra sobre o tombamento geral, explicando em quais situações ocorre e quais são seus efeitos sobre o bem tombado. Justifique, exemplificando. (máximo de 15 linhas)